São Paulo, 20 de setembro de 2024.

CIRCULAR Nº 23/2024

Prezado Cliente,

REF.: Recursos bancários esquecidos – Transferência para o Tesouro Nacional

Informamos que a Lei nº 14.973, de 16.09.2024, dentre outras alterações, estabelece que os recursos existentes nas contas de depósito bancário, sob qualquer título, cujos cadastros não foram objeto de atualização, na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.753/2019, somente poderão ser reclamados junto às instituições financeiras depositárias até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

Decorrido esse prazo, os saldos não reclamados junto às instituições financeiras passarão ao domínio da União e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita orçamentária primária.

Uma vez que os saldos não reclamados remanescentes forem apropriados pelo Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, de edital que relacionará os valores recolhidos, indicará a instituição depositária, a agência e a natureza e o número da conta do depósito e estipulará prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua publicação, para que os respectivos titulares contestem o recolhimento efetuado.

Vencido esse prazo, os valores recolhidos não contestados ficarão incorporados de forma definitiva ao Tesouro Nacional.

O prazo para requerer judicialmente o reconhecimento de direito aos referidos depósitos é de 6 (seis) meses, contados da publicação do edital no Diário Oficial da União.

Sem mais, colocamo-nos ao inteiro dispor dos nossos clientes para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente.

ORCOSE CONTABILIDADE LTDA